



Ética,  
cidadania  
e política

Fundação Cuidar o Futuro

## ÉTICA, CIDADANIA E POLÍTICA



O tema da sessão de hoje é à primeira vista o convite a uma série de evidências, tocadas em várias claves da música do universo político. Aparentemente tudo está dito. Mas se assim é por que razão é que o tema é recorrente?

Por que não nos limitamos às reiteraões dos discursos políticos? Por que não nos atemos aos sólidos manuais que dão contornos bem definidos a cada um dos termos?

Por duas razões. *que decorrem de*

1. ~~Razão~~ e especificidade <sup>da</sup> matriz orientadora *no tempo q é o nosso (moderno? post-moderno? ou já post-post-moderno?) e da visão do mundo q nos é comum pela sua formação científica e tecnológica.*

A primeira <sup>razão</sup> poderia ser explicada por Prigogine a quem vou pedir emprestadas algumas noções que ele próprio tem utilizado, por analogia, na interpretação dos fenómenos da auto-organização das sociedades.

Prigogine dir-nos-ia que qualquer das noções da nossa matriz se encontra numa fase de transição ou, para usar a expressão correcta, o conjunto 'ética, cidadania e política' constitui hoje **um sistema instável**. Cada um dos termos carece de ser definido no referencial que caracteriza este início



de milénio.

E o 'todo' que a matriz contém está já a ser atravessado por 'bifurcações' de cujos **ramos estáveis** apenas podemos suspeitar a orientação.

(A uma escala muito local - a do nosso país - tivemos um período em que a leitura macroscópica do sistema instável e a determinação das bifurcações teria sido possível. Refiro-me naturalmente aos primeiros 5-10 anos após o 25 de Abril. É comum ouvir-se e ler-se juízos sobre esse período em que as palavras conturbado, desorganizado, ~~confuso~~ etc. são usadas. // O que não dizemos é que o trabalho dos intelectuais nesse período não foi suficientemente longe para explicitar a natureza dos fenômenos que então tinham lugar enquanto fenômenos 'naturais' dos sistemas instáveis. Parcos nessa análise, deixámos que as transformações fossem meras deduções de manuais ideológicos, e que a luta política, em vez da saudável exposição de ideias novas e da tentativa de as pôr em prática, se convertesse ~~em~~ num modo mecanicista de confronto que mais nos colocou ao nível dos torneios medievais do que na inovadora tarefa de 'recompor o mundo' ~~na~~ fase post-moderna da sua interpretação.)

*e necessária p: e orientar política do n/ futuro q' hoje vivemos como presente.*

*Tudo ficou na mão de políticos profissionais,*

~~Falei em duas razões.~~

*quase todos oriundos de domínios científicos q' codificam o q' já está em vez de imaginarem o q' poderá ser.*

*e descombinava*



A segunda razão que justifica, a meus olhos, a reflexão de hoje é ainda a de uma impressionante incompreensão,

~~ao nível do lugar do ser humano no mundo~~ das conseqüências da relatividade *para o entendimento*

É claro hoje o que a este respeito diz Prigogine:

"O facto que a relatividade se funda sobre um constrangimento

que não vale senão para os observadores físicos, para seres que não podem estar senão num único lugar em dado momento e não em todo o lado simultaneamente,

faz desta disciplina uma física humana, uma física submetida aos constrangimentos intrínsecos que nos identificam como pertencendo ao mundo físico que descrevemos. (...) Assim, o nosso diálogo com a natureza tem lugar a partir do interior da natureza e a natureza não responde positivamente senão àqueles que, explicitamente, reconhecem que lhe pertencem". (pg.222)

→ *Noosfera*

~~É também~~ *Aqui* ~~que~~ reside a negação da tendência frequente que nos colocaria fora do mundo, como se fôssemos observadores extra-terrestres, melhor, extra-universo.

~~Daí deduz-se então~~ *Forta admideia, ai a de hoje comum,* a par de outras aplicações que nos



'convinham',  
i.e., que nos desculpabilizavam, *gerou*  
a ideia de que a ciência e a tecnologia são  
neutras.

Nesta ideia tomou corpo um dos maiores erros  
que têm inquinado, a montante, a acção  
política:

ciência e tecnologia só são más se as  
utilizarmos mal.

É contra esta convicção que se ergue  
o primeiro princípio ético que,  
mais do que a qualquer outro grupo,  
cabe aos cientistas e engenheiros  
defenderem:

*"Nem tudo o que é cientificamente exacto  
ou tecnologicamente viável é socialmente  
aceitável."*

### Fundação Cuidar o Futuro

Poderão muitos falar de um liberalismo  
que torna possível e permissível  
tudo o que a ciência descobre e a tecnologia  
inventa;  
poderão outros ainda continuar a acreditar  
que a ciência poderá sempre corrigir-se a si  
própria.

A pergunta que a consciência da cidadania  
necessariamente põe é esta:  
qual é o custo social de tais convicções?  
e qual é o custo ambiental?  
Um e outro custo a colocarem a questão  
crucial  
de saber ~~se~~ se é de facto



5  
1

a pessoa humana que está no centro das preocupações

e se é ela o objectivo último das decisões

— e Essa é a norma que permite distinguir o que é politicamente bom ou mau, certo ou errado.

***É a pessoa humana a primeira e última finalidade***

***de toda a decisão política.***

Transformá-la num instrumento de objectivos científicos, económicos ou financeiros é quebrar o esteio da política e da cidadania: *reside no*

*carácter inviolável da dignidade humana.*

Nela tudo nasce e para ela tudo se deve encaminhar.

2, Na cidadania, algumas bifurcações prováveis

A cidadania que se esgotasse no exercício de voto de 4 em 4 ou de 5 em 5 anos seria um triste exemplo de uma sociedade construída sem qualquer influência das ciências contemporâneas.

Prigogine deu o título a um dos seus últimos

Kenneth Boulding

livros de 'O regresso do complexo'.  
Também desde há, pelo menos 3 décadas,  
o pensador Edgar Morin

(e com ele todo um grupo de sociólogos,  
matemáticos, físicos e filósofos) Henri Atlan, Chico Saez,

têm vindo a trabalhar a teoria da  
complexidade, com fabulosa incidência

que ~~se desdobra~~ <sup>na teoria</sup> ~~em~~ teoria da auto-  
organização e dos sistemas.

Diz Prigogine:

"Um modelo dinâmico de sociedade humana  
começa por tomar em linha de conta que o  
sistema, para além da sua estrutura  
interna, está intimamente integrado num  
ambiente com o qual troca matéria,  
energia e informação. (...) A evolução  
de um tal sistema resulta de um jogo  
subtil entre o comportamento dos seus  
actores e os constrangimentos impostos  
pelo ambiente. É aí que o sistema humano  
encontra a sua especificidade única.  
Contrariamente às moléculas, aos  
'actores' de um sistema fisico-químico  
ou mesmo às formigas ou outros membros  
de outras sociedades, os humanos  
desenvolvem em permanência projectos e  
desejos individuais. (...) uma das  
questões que se levantam é a de saber  
se, em tais circunstâncias, a evolução é  
capaz de conduzir a um ótimo global ou  
se, pelo contrário, cada sistema humano  
constitui uma realização única de um  
processo estocástico complexo cujas  
regras não podem de modo nenhum ser

Fundação Cuidar o Futuro





7

designadas de antemão. Em outros termos, a experiência passada será suficiente para predizer o futuro ou, pelo contrário, a capacidade limitada de predizer o futuro é a própria essência da aventura humana à escala do indivíduo ou à escala de uma colectividade?" (pg.305-306)

Assim, na cidade, o ser humano não é apenas o observador mais ou menos atento, muitas vezes céptico e indiferente, outras vezes analista político de ocasião. A cidade (figura da polis) **é o lugar onde o ser humano emerge como sujeito.**

Pela diversidade da sua actividade.

Pela entrozamento de finalidades e de meios de acção

com os outros seres humanos.

Pela atenção constante aos acontecimentos.

= Pela importância de que se reveste a acção, traz sempre consigo uma forma própria de saber e de saber fazer, tornando-se assim, na linguagem do grande pensador Paulo Freire, agente de cultura.

Pois que é a cultura senão,

e uso as palavras desse grande brasileiro,

'o acrescentamento que o homem faz ao mundo que não fêz'?

Por isso, ao falar de acção,

coloco-me deliberadamente na esteira da

*filósofa*



Hannah Arendt, *i.e.*  
não na obra que cada pessoa realiza no seu domínio próprio  
mas na acção em que se envolve na construção da cidade enquanto sociedade organizada.

Cidadania significa,

Muma prática democrática incipiente, a expressão de direitos políticos e cívicos: participação em actos eleitorais, liberdade de pensamento, de expressão e de associação, etc..

Mas a Declaração Universal dos Direitos do Homem

não proclama apenas esses direitos.

Enuncia igualmente os direitos sociais, económicos e culturais.

Os dois grupos de direitos ficaram consignados

em dois Pactos Internacionais distintos, embora com um preâmbulo comum

em que a comunidade das nações afirmou que esses dois tipos de direitos

são *interdependentes e indivisíveis*.

Um dos mais belos textos que refere essa estreita interdependência encontra-se num famoso discurso de João Paulo II na Assembleia Geral das nações Unidas:

"Que me seja permitido enumerar alguns direitos entre os mais importantes que são universalmente reconhecidos: o direito à vida, à liberdade e à



segurança da pessoa; o direito à alimentação, ao vestuário, à habitação, à saúde, ao repouso, ao lazer; o direito à liberdade de expressão, à educação e à cultura; o direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião e o direito de manifestar a sua religião, individualmente ou em comum, tanto em privado como em público; direito de escolher o seu estado de vida, de fundar uma família e de gozar de todas as condições necessárias à vida familiar; o direito à propriedade e ao trabalho, a condições equitativas de trabalho e a um salário justo; o direito de reunião e de associação, o direito à liberdade de movimento e à migração interna e externa; o direito à nacionalidade e à residência; o direito à participação política e o direito de participar na livre escolha do sistema político do povo a que pertence."

A cidadania europeia, consagrada pelo Tratado de Maastricht, não foi para além de alguns direitos cívicos e políticos.

Foram tímidos e limitados, mesmo numa óptica exclusivamente cívica e política:

direito de livre circulação nos Estados da União / direito a eleger directamente o Parlamento Europeu (embora ainda segundo listas nacionais) / direito de voto nas eleições municipais do país onde se reside / direito de protecção e representação diplomática em países terceiros por qualquer

Estado da União.

O Tratado de Amsterdão tentou ir um pouco mais longe, incorporando alguns direitos sociais que faziam parte da Carta Social dos trabalhadores de 1989, mas ficou ainda muito longe de um enunciado coerente dos direitos sociais, económicos e culturais.

*para a Carta dos Direitos Parlamentaris*

É esse trabalho que está a ser feito ~~por~~ <sup>em</sup> uma convenção com representantes dos Parlamentos nacionais, em paralelo com a Conferência Intergovernamental.

E é porque não há no universo político nenhuma percepção da teoria dos sistemas e da sua importância prática que tais processos decorrem de forma tão irracional.

Fundação Cuidar o Futuro

É esta mentalidade, particularmente visível na grande área da União Europeia mas patente também em muitas decisões a nível nacional, em qualquer país, que me conduz a uma outra exigência ética:

**"Só é possível fazer política séria se formos contemporâneos do nosso tempo e utilizarmos os instrumentos conceptuais deste tempo."**

Foi neste espírito que o politólogo francês Pierre Rosanvallon escreveu no seu livro "Le sacre du citoyen":



"... a crescente pluralidade da ideia de cidadania remete para a complexidade das formas da soberania que marca necessariamente o desenvolvimento da construção europeia."

Neste contexto, a cidadania que é a expressão individual da própria soberania exige do Estado o pleno cumprimento da sua tríplice responsabilidade:

**defender/proteger/promover todos os direitos.**

Voltamos a um novo contracto social que já não se baseia, como em Locke e em Rousseau, no pressuposto de uma relação de subordinação mas sim numa comunidade de homens e mulheres igualmente livres, quaisquer que sejam as suas funções no corpo social.

Apesar de estarem ultrapassadas as condições dominantes,

no tempo em que a noção de contracto social se impôs, vemos ainda com frequência a tentativa de dependência do Estado: nas empresas, nas Universidades, na mentalidade dos cidadãos.

O apelo à formação da sociedade civil mais não é do que a exigência de autonomia dos corpos sociais

Fundação Cuidar o Futuro



em todos os domínios em que se exercem os seus direitos.

É claro que, ao falar em todos os direitos, tenho que me referir também aos chamados novos direitos, de que destaco três que muito têm a ver com os engenheiros e cientistas.

- Em primeiro lugar, o direito a um ambiente são, posto em causa, por um lado, pela depreciação a que estão sujeitas as espécies naturais devido a um consumismo erigido em valor e, por outro lado, as consequências cada vez mais graves da utilização dos combustíveis fósseis. Não posso deixar de referir o trabalho que está a ser realizado no IST pelo Centro de fusão nuclear, dirigido pelo Prof. Varanda. (projecto Manhattan, decisão alemã de terminar com as centrais de energia à base da fissão nuclear - reacção de prof. universitário, desconhecendo problema do 'desmantelamento')

- Um segundo direito flui directamente e de forma inequívoca da sociedade de informação e do largo espectro de actividades e de possibilidades trazidos pela revolução dos meios de comunicação. O direito central neste domínio e o mais referido consiste no direito à privacidade dos indivíduos e à protecção quer de processos sujeitos a patentes quer dos





serviços de informação que têm como finalidade a protecção da segurança das populações. Não escondo que este direito vem demonstrar, de forma mais clara do que todos os direitos já consagrados, o paradoxo intrínseco aos direitos entendidos sem as correspondentes obrigações *(a q̄ me referirei adiante*

- Finalmente, o direito à permanência da espécie humana tal como a conhecemos. A discussão sobre as patentes relativas ao genoma humano constituem um ponto decisivo para a ética.

A promiscuidade com que a política tende a mascarar a sua ineficácia para fazer face à complexidade do mundo moderno - visível na sua relação com os media e o desporto, por exemplo - atingiu agora um nível que não pode deixar indiferente a comunidade científica e os cidadãos conscientes. O facto de o anúncio da descoberta da sequenciação quase completa do genoma humano ter sido feito pelo pres. Clinton e pelo PM Tony Blair é **uma apropriação indevida do domínio próprio da ciência e, por isso, eticamente inadequada.**

*pelos políticos*

É que esse anúncio abre caminho à sujeição das conquistas da ciência aos interesses político-económicos das grandes potências. A competitividade aparece no horizonte num domínio que não deve de modo algum entrar nessa lógica.



14

Como comenta o Presidente do CNECV,  
Prof. Luis Archer:

"A verdade é que a ciência vai perdendo a sua inocência de busca cândida da verdade e do bem, e é seduzida pelo poder económico. Não é por acaso que o dossier sobre genoma humano do número de Julho 2000 da revista Scientific America se intitula 'The human genome business'".

A cidadania cobre assim uma área muito vasta da vida humana, das actividades, interesses, segurança das pessoas.

Cobre toda a panóplia das 'liberdades, direitos e garantias fundamentais' estruturantes de todas as constituições.

Mas o ser humano não é apenas objecto da garantia

que o estado de Direito lhe confere.

Cada direito está acoplado a uma obrigação, dever e responsabilidade.

(Ao nível mundial levámos décadas a compreender

que a ética individual e comunitária supõe sempre esses dois lados. Isto aconteceu, em parte, como uma das consequências do confronto entre as filosofias dominantes nos dois materialismos que dominaram o séc. XX.)

(IAC/HK) Mas tristemente alguns perseveraram a tentar fazer aceitar a respons. como parte o outro lado da cidadania.

(B)

E no entanto essa relação é bem simples...

3. A política na junção exacta entre a história pessoal e a história colectiva

Comecei pela cidadania porque ela faz parte da própria política. Como, nos anos 80, tive ocasião de dizer muitas vezes com os signatários do Manifesto "Para o aprofundamento da democracia" e com muitos milhares de pessoas:

**'A política é de todos e de todos os dias.'**

O primeiro lugar do exercício da política é o nosso próprio lugar no momento presente.

Fundação Cuidar o Futuro

Regresso à importância do sujeito de que falei no início.

Para uma discussão mais aprofundada da importância do sujeito remeto-vos para o livro-chave de Heisenberg

"A parte e o todo - O mundo da física atómica"

onde 'ouvimos' as conversas apaixonantes do grande físico

com os seus pares Otto Hahn e Wolfgang Pauli, Niels Bohr e Paul Dirac (que tive o privilégio de ouvir deliciada quando representei Portugal na UNESCO).

Devo confessar que um dos grandes princípios que aprendi nesta casa e que ficou a marcar



todos os aspectos da minha vida  
foi constante no diálogo desses grandes  
físicos  
que mudaram a nossa percepção do mundo:

**'O sujeito é sempre veiculado na  
observação do objecto.'**

// "Exit" a objectividade pura.  
Mas entra, por outro lado,  
uma maior exigência do sujeito  
não só em relação ao objecto que observa,  
quer ele seja material quer conceptual,  
mas também em relação a si próprio.

**"Tão importante como o trabalho sobre o  
objecto é o trabalho do sujeito sobre si  
próprio".**

(Não posso deixar de assinalar que, se é certo que esta convicção é estruturante da ciência psicanalítica que o séc. XX também construiu, não é menos certo que a sua difusão tem sido nas últimas décadas mérito da teoria e da prática dos movimentos de mulheres para quem 'tudo o que é pessoal é político e tudo o que é político é pessoal'.)

Ao reforçar a dimensão política de toda a actividade,  
não estou a fugir às questões éticas da política electiva.  
Antes, pelo contrário, estou a dizer que ela faz sistema  
com a política de todos os que constituem o  
corpo social.



Daí, por exemplo, a inadequação da política das grandes instituições mundiais de crédito durante décadas

e de que apenas tem melhorado a cosmética nos últimos anos:

a ideia do 'trickle down policies' - o que é decidido no topo vai galgando os degraus da estrutura social até atingir a base...

só que tal política em vez de ter esse efeito aparentemente salutar provocou na maior parte dos países

a destruição da própria base,

com o encerramento de escolas,

a falta de verbas para pagar aos professores,

a incapacidade de cobertura em instituições de saúde,

a ausência de saneamento básico e de água potável para mais de 2.000 milhões \* seres humanos.

Que outra coisa podíamos esperar se metade da humanidade não vive mas aguenta a "crueldade da mera sobrevivência" com cerca de 2 dólares, i.e., 400 escudos/ dia?

Aqui reside para mim a questão ética fundamental da governância política.

Enquanto o mundo e cada Estado

deixarem uma parte dos seus cidadãos

na impossibilidade de atingirem um mínimo de Qualidade de Vida, está em causa a ética da acção política.

A dignidade humana do todo social não comporta hiatos.

E afirmá-lo não é apenas um problema de

orientação social,  
fruto de compaixão.

É a um tempo fruto da ciência que de forma mais evidente que aí está em causa - a economia - e fruto da própria compreensão das ciências e da vida em sociedade.

Tendem os políticos a justificar as suas decisões por exigências da economia tradicional: trata-se do equilíbrio orçamental, do não-endividamento externo, do controle da inflação.

Tudo objectivos legítimos mas incompletos, inadequados aos tempo que vivemos.

Em 1997, um grupo de 300 economistas europeus afirmou, em declaração pública, a falácia de uma economia reduzida a mera contabilidade quando hoje a economia contém, ao mesmo nível de exigência, três factores: o factor do crescimento económico, o factor social e o factor ambiental.

Também no mesmo período foi criada a fundação da qualidade social na Europa em que sociólogos, filósofos e outros cientistas mostraram como o paradigma da quantidade tem de ser substituído pelo paradigma da qualidade sob pena de o planeta não oferecer condições



de sobrevivência às gerações futuras.

E se for necessário recorrer ao argumento da autoridade na economia não hesito em citar o prémio Nobel de economia de 1998, Amartya Sen, que afirma num dos seus últimos livros:

"Os critérios mais convencionais do sucesso económico têm de ser avaliados só como meios para que se alcancem fins mais profundos. Seria até um erro ver os objectivos da educação, dos cuidados de saúde e de outras necessidades básicas única ou primariamente como expansão dos chamados 'recursos humanos' - equivalente assim à acumulação de 'capital humano' - como se as pessoas fossem meios para a produção e não o seu fim último."

Mais a montante na acção política, tendo a pensar que é o problema da 'compreensão' dos fenómenos que está em causa.

~~Vemos~~ <sup>Não</sup> é preciso ser génio para trabalhar nas interfaces

mas a incerteza que as caracteriza mete medo a quem quer a garantia das estruturas rígidas *e sempre idênticas a si mesmas.*

Assim se perde a perspectiva interdepartamental

que não só permite uma visão mais adequada dos problemas

como - e não é de menor importância -



reduz as despesas públicas. (Ciaq. de Univ. Nova)

Essa tendência é alimentada pela ausência da transdisciplinariedade na abordagem dos problemas.

Heisenberg no livro já referido atribui a um dos seus companheiros no diálogo esta reflexão:

"Compreender a natureza significa isto: ter efectivamente uma noção nítida das correlações que aí existem; estar seguro de que se penetrou o seu mecanismo interior. Um tal conhecimento não pode ser adquirido unicamente graças à abordagem de um só fenómeno ou de um único grupo de fenómenos, mesmo se se chega a descobrir aí uma certa ordem interna; este conhecimento acontece somente quando se reconhece como ligados uns aos outros um grande número de fenómenos experimentais e se conseguiu conduzi-los a uma origem simples."

Quantas vezes, lendo a obra filosófica de Hannah Arendt, penso que nela havia as condições para uma acção política coerente; pois não é essa atitude que ela revela em toda a sua vida e que a leva a dizer:

**"O essencial para mim é compreender; devo compreender." ?**

A necessidade da compreensão não conduz unicamente a uma satisfação





intelectual:  
é o princípio da acção coerente e  
~~necessária~~ eficaz.

Por isso também a ética exige a não cedência nos princípios e linhas-mestras da acção em favor do que é considerado possível e pragmático.

Tal atitude implica não só como método de trabalho mas como exigência ética a constante avaliação do que, sendo necessário ao nível da dignidade humana, tem de necessariamente ser viável.

Se o acto de governância política nasce, como tentei demonstrar, em conjugação com as expressões da cidadania individual, a participação dos cidadãos em formas originais

de tomada de decisão é imperativa.

Estranho é que no séc. XXI o poder político continue a designar como parceiros sociais apenas aqueles que ~~foram herdados~~ <sup>são herdados</sup> das estruturas do começo da industrialização - os sindicatos e os grupos empresariais.

É minha convicção ~~de~~ que, em cada questão, as contribuições para a solução dos problemas são sempre múltiplas e que, por isso, todos os grupos organizados à volta de um dado problema, são os parceiros sociais no que a esse problema diz respeito.

4. Para uma ética global

Fui enunciando ao longo desta conversa alguns princípios éticos exigidos também pela formação científica que nos é própria.

Mas quero deixar ainda algumas pistas para o terceiro termo deste sistema instável, para a própria noção de ética.

Ética da responsabilidade :

Ética do cuidado

Ética do futuro

Ética global



Fundação Cuidar o Futuro